

PARECER Nº 66/2017

PROJETO DE LEI Nº 29/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RELATOR VEREADOR EDMILSON DO CRISPIM SANTANA

RELATÓRIO

De autoria do Prefeito Municipal, o projeto de lei em epígrafe *“concede anistia sobre débitos tributários, multas e juros atinentes de Dívida Ativa de Imposto Predial Territorial Urbana – IPTU, inscritos até 31 de dezembro de 2017 e dá outras providências”*.

Publicada, a proposição foi distribuída às Comissões de Legislação e Justiça e de Redação; e de Finanças, Tributação Orçamento e Tomada de Contas e Fiscalização Financeira.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão para receber parecer quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade, conforme dispõe o art. 169, combinado com o art. 91, I, “a”, do novo Regimento Interno.

Em apartada síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de assunto de interesse do Município, nos termos do art. 156, inciso I, da Constituição Federal.

Também não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é de caráter concorrente, cabendo a qualquer dos legitimados a atuar no processo legislativo municipal.

No plano jurídico-constitucional, dispõe o art. 156, inciso I, da Constituição Federal que compete aos Municípios instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana.

De acordo com art. 32 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

A matéria em questão visa conceder anistia de multas e juros incidentes sobre os débitos relativos à Dívida Ativa do IPTU, inscritos até 31 de dezembro de 2017.

Nos termos do §1º do art. 1º da proposição, a anistia a ser concedida obedecerá ao seguinte escalonamento:

- 100% (cem por cento) para pagamento em parcela única;
- 90% (noventa por cento) para pagamento em 2 parcelas mensais e consecutivas;
- 80% (oitenta por cento) para pagamento em 4 parcelas mensais e consecutivas;
- 70% (setenta por cento) para pagamento em 6 parcelas mensais e consecutivas;

- 60% (sessenta por cento) para pagamento em 8 parcelas mensais e consecutivas; e
- 50% (cinquenta por cento) para pagamento em 10 parcelas mensais e consecutivas.

No ofício de encaminhamento do projeto de lei em exame, informa o Prefeito Municipal que este *“visa dar oportunidade para aqueles contribuintes que, por algum motivo, não puderam saldar com suas obrigações tributárias relativas ao IPTU no momento oportuno e se encontram em débito perante a municipalidade e, com a incidência da multa e juros legais, o valor do débito acentuou-se e impossibilitou que inúmeros contribuintes saldassem seus débitos”*.

Ainda segundo o Chefe do Executivo *“este projeto, possibilitará, sem dúvida nenhuma para aqueles contribuintes que conseguirem saldar seus débitos, uma tranquilidade e dignidade para sua condição de cidadão em dia com suas obrigações”*.

Por caracterizar renúncia de receitas, a anistia dos juros e multa ora pretendida pela matéria em exame deverá atender às condições estabelecidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pois bem, analisando o presente projeto, verifica-se que este não veio acompanhado das informações exigidas pelo mencionado dispositivo.

No entanto, tendo em vista que esta matéria ainda será encaminhada à análise de mérito da Comissão de Finanças, Tributação Orçamento e Tomada de Contas e Fiscalização Financeira, e por tratar de questão atinente à sua competência,

essa Comissão deverá requerer ao Chefe do Executivo as informações necessárias para examinar o impacto orçamentário e financeiro com a concessão da anistia.

Cumpre registrar, ainda, que tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 25, de 2017, de autoria dos Vereadores Fábio Valadares, Edmilson do Crispim Santana, Saint'-Clair Valadares e Alberto Muniz, que *“autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder desconto nos juros e multas referentes ao pagamento do IPTU, bem como parcelamento das dívidas relacionadas ao referido imposto”*. Ressalte-se que essa autorização resta prejudicada diante da proposição em exame, já que esta efetiva a concessão da anistia de juros e multas dos débitos da Dívida Ativa do IPTU.

De mais a mais, valer salientar que, diante da identidade de matérias, a proposição sob exame deverá ser anexada ao Projeto de Lei nº 25, de 2017, nos termos do §2º do art. 157 do Regimento Interno.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 29, de 2017.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2017.

Vereador EDMILSON DO CRISPIM SANTANA

Relator